



Missão: *Garantir os direitos do jurisdicionado no Estado do Acre, com Justiça, agilidade e ética, promovendo o bem de toda a sociedade.*

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA JUIZ LEIGO E CONCILIADOR

CADERNO DE PROVAS – CONCILIADOR



INSTRUÇÕES – LEIA COM ATENÇÃO:

PROVA OBJETIVA

1. Verifique se seu caderno de provas contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, correspondentes à prova objetiva, e se estão corretamente ordenadas de 1 a 40, cada uma possuindo quatro alternativas “A, B, C e D”.
2. Caso o caderno de provas ou o cartão-resposta estejam incompletos ou apresentem algum defeito, comunique aos fiscais de sala, que adotarão as providências adequadas.
3. Ao receber o **Cartão-Resposta** identifique-o com o número de sua inscrição. Transfira as respostas para esse cartão, utilizando apenas caneta de tinta azul ou preta, preenchendo toda a área reservada à letra correspondente à resposta, lembrando que só há uma resposta correta para cada questão, de acordo com modelo:

- 01
- 02

PROVA SUBJETIVA

4. Verifique se seu caderno de provas contém 3 (três) questões subjetivas.
5. Ao receber seu caderno de provas, identifique-o com o **número de sua inscrição**.
6. Constatando qualquer anormalidade (página sem impressão, repetida, ausência de página ou impressão defeituosa), solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição.
7. Cada caderno de provas conterá 2 (duas) folhas de rascunho para elaboração das respostas das questões teóricas. As respostas devem ser transcritas para as respectivas “folhas oficiais de respostas”, pois os rascunhos não serão corrigidos.
8. Evite rasuras, pois elas poderão dificultar o entendimento de suas respostas.

INSTRUÇÕES GERAIS

9. A duração da prova é de **4 (quatro) horas**, incluindo a transcrição das respostas para o Cartão-Resposta.
10. Ao terminar a prova comunique ao fiscal da sala e devolva o seu Cartão-Resposta e o caderno de provas. Este último poderá ser levado pelo candidato somente no caso de **restar 30 (trinta) minutos** para o término do tempo de prova.
11. Não é permitido o uso de aparelhos eletrônicos de quaisquer espécies, bem como o uso de óculos escuros e boné. Se o celular tocar no período de realização da prova, o candidato será automaticamente desclassificado.
12. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno de provas poderá implicar a anulação da sua prova.
13. Aguarde a autorização do fiscal de sala para abrir o caderno e iniciar a prova.

BOA SORTE!



DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- A) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- B) Promover a defesa da paz.
- C) Proteger a soberania nacional.
- D) Garantir a igualdade entre os Estados.

2) Segundo a Constituição de 1988, constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

- A) A prática da tortura.
- B) A prática do racismo.
- C) O tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- D) O definido em lei como hediondo

3) Um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é:

- A) A independência nacional e igualdade entre os estados.
- B) O pluralismo político.
- C) A república como forma de governo.
- D) A separação entre os poderes.

4) A Constituição da República trouxe, entre os direitos e garantias fundamentais, o direito ao contraditório e à ampla defesa. Esse direito, nos termos do inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição, é destinado somente àqueles litigantes que demandem em processos:

- A) Judiciais criminais e nos processos administrativos disciplinares.
- B) Judiciais de natureza criminal.
- C) Judiciais de natureza cível.
- D) Judiciais e administrativos.

5) Acerca dos direitos e garantias previstos na Constituição Federal, assinale a opção correta:

- A) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e às suas liturgias.
- B) Em nenhuma hipótese são previstas penas de morte, ou de caráter perpétuo, ou de trabalhos forçados, ou de banimento ou cruéis.
- C) São inafiançáveis os crimes de racismo, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os cometidos por grupos armados, civis e militares, contra a ordem constitucional e o estado democrático. Mas em relação aos crimes hediondos, fica o legislador autorizado a excluir ou não a inafiançabilidade.
- D) São legitimados a impetrar o mandado de segurança coletivo os partidos políticos e as organizações ou entidades legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos um ano.

DIREITO ADMINISTRATIVO

6) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios expressos no art. 37 da Constituição Federal. Os princípios expressos no caput do artigo mencionado são os seguintes:

- A) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- B) Liberdade, igualdade, motivação, propriedade e eficiência.
- C) Legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade e proporcionalidade.
- D) Moralidade, ampla defesa, contraditório e segurança jurídica.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE

Processo Administrativo nº 0101791-80.2015.8.01.0000

7) São deveres do administrado perante a Administração, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo, EXCETO:

- A) Expor os fatos conforme a verdade.
- B) Proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.
- C) Não agir de modo temerário.
- D) Prestar as informações que lhe forem solicitadas, somente com ordem judicial.

8) No que concerne às disposições gerais acerca da Administração Pública, previstas na Constituição Federal:

- A) Os cargos, empregos e funções públicas não são acessíveis aos estrangeiros, conforme disposição constitucional expressa nesse sentido.
- B) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público podem ser acumulados para fins de concessão de acréscimo ulteriores.
- C) O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- D) É proibida, ao servidor público civil, a associação sindical.

9) A exoneração de cargo efetivo poderá ocorrer mediante:

- A) Aposentadoria ou decisão administrativa.
- B) Readaptação ou por ato da administração.
- C) Recondição, ou a critério da autoridade competente.
- D) Pedido do servidor ou de ofício.

10) Segundo a teoria objetiva da responsabilidade civil do Estado, adotado no art. 37, §6º da Constituição Federal, esse responde pelo dano ocasionado:

- A) Somente se ficar caracterizada a culpa do servidor causador do dano.
- B) Sem culpa, porém, desde que haja o nexo de causalidade.
- C) Se ficar caracterizada a culpa ou dolo do servidor causador do dano.
- D) Sem culpa, porém, desde que haja o nexo de causalidade e intenção da prática do ato.

DIREITO CIVIL

11) Os direitos da personalidade:

- A) Não estão previstos no Código Civil Brasileiro.
- B) São renunciáveis.
- C) Não pode o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- D) São transmissíveis.

12) Cessa a incapacidade para os menores:

- A) Por vontade própria, mediante instrumento público.
- B) Por concessão dos pais, mediante instrumento particular.
- C) Pelo exercício da empresa, independente de economia própria.
- D) Pelo casamento.

13) São pessoas jurídicas de direito privado:

- A) Os Partidos Políticos.
- B) Os Estados.
- C) A Santa Sé.
- D) As Autarquias.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Processo Administrativo nº 0101791-80.2015.8.01.0000

14) É nulo o negócio jurídico:

- A) O agente for relativamente incapaz.
- B) Não revestir a forma prescrita em lei.
- C) Por vício resultante de erro ou dolo.
- D) Por vício resultante de fraude contra credores.

15) O ressarcimento de enriquecimento sem causa prescreve:

- A) Em 2 anos.
- B) Em 3 anos.
- C) Em 4 anos.
- D) Em 5 anos.

PROCESSO CIVIL

16) Obtida a conciliação em audiência, o Conciliador deverá:

- A) Reduzir a termo e extinguir de pronto o processo, por decisão interlocutória.
- B) Reduzir a termo e remeter ao Juiz Togado para homologação do acordo por Sentença.
- C) Reduzir a termo e abrir prazo para as partes se manifestarem.
- D) Exigir que as partes tragam o acordo por escrito para posterior homologação pelo Juiz Togado.

17) A audiência de instrução e julgamento poderá ser adiada:

- A) Por convenção das partes.
- B) Por vontade do Juiz Togado, sem motivação.
- C) Por ausência da parte autora, sem motivação.
- D) Por ausência da parte ré, sem motivação.

18) Dependem de provas:

- A) Os fatos notórios.
- B) Os fatos incontroversos.
- C) Os fatos alegados pela parte autora e negados pela parte ré.
- D) Os fatos que a lei presume existentes ou verdadeiros.

19) Quanto ao documento particular, o Código de Processo Civil prevê que:

- A) O seu autor é somente aquele que o escreveu e o assinou.
- B) Compete à parte que o juntou nos autos comprovar a autenticidade de sua assinatura.
- C) O documento, cuja autenticidade não pende dúvida, não prova que o seu autor fez a declaração que lhe é atribuída.
- D) O seu autor pode ser aquele que não redigiu o documento, mas o assinou.

20) As partes podem juntar documentos:

- A) A qualquer tempo durante todo o processo, sejam pertinentes aos fatos narrados na inicial, sejam relativos a fatos novos.
- B) A qualquer tempo, desde que se refiram a fatos novos, ocorridos depois dos fatos narrados na inicial.
- C) Apenas no momento da propositura da ação (parte autora) ou na resposta (parte ré).
- D) Não se admite juntada de documentos pelo autor, após a juntada de documentos pelo réu.

LEIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS (Leis nos 9.099/95 e 12.153/09).

21) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, considerando o valor máximo da causa de:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Processo Administrativo nº 0101791-80.2015.8.01.0000

- A) 20 salários mínimos.
- B) 30 salários mínimos.
- C) 40 salários mínimos.
- D) 50 salários mínimos.

22) Nos juizados especiais Cíveis:

- A) Somente é obrigatória a presença do advogado nas causas superiores a 20 salários mínimos.
- B) Sempre se dispensa a presença do advogado.
- C) É obrigatória a presença do advogado.
- D) O mandato ao advogado tem que ser, sempre, escrito.

23) Podem ser parte demandante nos juizados especiais cíveis:

- A) O incapaz.
- B) Microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.
- C) O preso.
- D) As pessoas jurídicas de direito público.

24) Acerca do pedido no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa correta.

- A) Não se admite pedido genérico.
- B) Não se admite pedido oral.
- C) Os fatos e o fundamento jurídico devem estar descritos de forma pormenorizada, sob pena de inépcia da inicial.
- D) Os pedidos poderão ser alternativos ou cumulados, desde que conexos e que a soma não ultrapassem o limite de alçada dos juizados.

25) O prazo para apresentação de recurso inominado nos Juizados Especiais Cíveis é de:

- A) Dois dias.
- B) Cinco dias.
- C) Oito dias.
- D) Dez dias.

26) São princípios expressamente previstos na Lei 9099/95, EXCETO:

- A) Oralidade.
- B) Simplicidade.
- C) Legalidade.
- D) Informalidade.

27) Ficam excluídos da competência do Juizado Especial:

- A) As ações de natureza alimentar.
- B) A execução de seus julgados.
- C) A ação de despejo para uso próprio.
- D) As ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente à alçada dos juizados especiais cíveis.

28) Acerca dos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa correta:

- A) Não sendo possível a realização imediata da audiência de instrução e julgamento, será a audiência designada para um dos dez dias subseqüentes, cientes, desde logo, as partes e testemunhas eventualmente presentes.
- B) Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz.
- C) As testemunhas, até o máximo de cinco para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE

Processo Administrativo nº 0101791-80.2015.8.01.0000

juízo levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido.

D) A audiência de instrução e julgamento somente poderá ser dirigida pelo Juiz togado.

29) Acerca dos Juizados da Fazenda Pública, assinale a alternativa correta.

A) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.

B) O juiz poderá, somente a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação.

C) O JEFAPZ é competente para processar e julgar ações possessórias e de desapropriação.

D) O JEFAPZ é competente para processar e julgar execuções fiscais propostas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

DIREITO DO CONSUMIDOR (Lei no 8.078/90).

30) No âmbito do Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta:

A) Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.

B) É abusiva qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.

C) É enganosa dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeite valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.

D) O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de quinze dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas.

31) Constitui conduta tipificada no CDC como crime contra as relações de consumo:

A) Empregar, no fabrico de produto destinado a consumo, revestimento, gaseificação artificial, matéria corante, substância aromática, antisséptica, conservadora ou qualquer outra não expressamente permitida pela legislação sanitária.

B) Exigir cheque-caução, nota promissória ou qualquer garantia, bem como o preenchimento prévio de formulários administrativos, como condição para o atendimento médico-hospitalar emergencial.

C) Fazer afirmação falsa ou enganosa, ou omitir informação relevante sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, preço ou garantia de produtos ou serviços.

D) Fabricar, sem licença da autoridade competente, substância ou engenho explosivo, gás tóxico ou asfixiante, ou material destinado à sua fabricação.

DIREITO PENAL, PROCESSO PENAL E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL.

32) Relativamente ao inquérito policial, é correto afirmar que:

A) A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato, aplicando, porém, em todas as suas manifestações, os princípios do contraditório e da ampla defesa.

B) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito por falta de base para a denúncia.

C) O inquérito deverá terminar no prazo de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, ou no prazo de 60 (sessenta) dias, quando estiver solto.

D) O indiciado poderá requerer à autoridade policial a realização de qualquer diligência.



33) No tocante à ação penal:

- A) A representação, segundo o CPP, é retratável até o recebimento da denúncia.
- B) As fundações, associações e sociedade legalmente constituídas poderão exercer ação penal.
- C) Em regra, o ofendido ou seu representante tem prazo de 30 (trinta) dias para oferecimento da queixa.
- D) No caso de morte do ofendido, extingue-se imediatamente a punibilidade do autor do fato.

34) Devem ser intimados pessoalmente o:

- A) Advogado do assistente e o defensor público.
- B) Defensor nomeado e o Ministério Público.
- C) Advogado do querelante e o defensor público.
- D) Ministério Público e o advogado do assistente.

35) No tocante à prova, o juiz:

- A) Formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida nos autos, sem qualquer restrição.
- B) Poderá, de ofício, ordenar a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, mas apenas depois de iniciada a ação penal.
- C) Formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão em provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- D) Observará a necessidade, adequação e proporcionalidade da produção antecipada de provas, mesmo antes de iniciada a ação penal.

36) Considere as assertivas abaixo sobre competência:

I- Na determinação da competência por conexão ou continência, no concurso de jurisdição da mesma categoria, prevalecerá primeiro a do local do juízo prevento.

II- Para efeito da aplicação do princípio da extraterritorialidade da lei penal brasileira, nas infrações ocorridas fora do solo nacional, será competente o juízo da Capital do Estado onde houver por último residido o acusado e, se nunca tiver residido no Brasil, o juízo da Capital da República.

III- A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Estadual.

Quais são corretas:

- A) Apenas II e III
- B) Apenas I
- C) Apenas I e II
- D) Apenas III

37) Em relação à pena de multa, é acertado afirmar que:

- A) A obrigação de pagá-la é transmissível aos herdeiros.
- B) Pode ser convertida em detenção.
- C) Pode ser aumentada até o triplo, se o juiz, em virtude da situação econômica do réu, verificar a sua ineficácia, embora aplicada no máximo.
- D) Não admite atualização do valor pelos índices de correção monetária.

38) Relativamente aos crimes contra a Administração Pública, analise as assertivas abaixo e marque alternativa correta.

I- O sujeito que atribui a si mesmo a prática de crime inexistente ou que foi cometido por terceiro, pratica comunicação falsa de crime.

II- Deixar a autoridade policial, por indulgência, de responsabilizar agente policial que cometeu infração no exercício do cargo, comete prevaricação.

III- O funcionário público que solicitar para si, diretamente, em razão da sua função, vantagem indevida, comete corrupção passiva.



- A) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- B) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- C) Apenas a assertiva II está correta.
- D) Apenas a assertiva III está correta.

39) Estando presentes circunstâncias atenuantes, pode o julgador fixar a pena-base em quantidade inferior à estabelecida na lei?

- A) Não.
- B) Sim, desde que não se trate de crime hediondo.
- C) Sim, na hipótese de crime praticado sob violenta emoção e coação irresistível.
- D) Sim, desde que os crimes praticados não venham a tutelar interesses transindividuais.

40) Em se tratando de concurso formal, assinale a alternativa correta:

- A) Aplica-se a mais grave das penas cabíveis, ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.
- B) Aplica-se a mais grave das penas cabíveis, ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso de um terço até metade.
- C) Aplica-se a mais grave das penas cabíveis, ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um a dois terços.
- D) Aplica-se a mais grave das penas cabíveis, ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto a três quintos.

**PROVA DISCURSIVA – QUESTÕES TEÓRICAS
(RESPONDER NA FOLHA DE RESPOSTA OFICIAL)**

1. Diz o art. 5º, inciso II da Constituição Federal que "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei". Segundo o Jurista Nelson Nery Costa, "o princípio da legalidade é fundamental para o Estado de direito, porque contempla as duas vertentes do problema. De um lado, o Poder Público, que quer o reconhecimento de sua competência e a executoriedade de suas decisões.

"Do outro lado, estão os cidadãos, que pretendem assegurar diversas garantias constitucionais para fazer frente ao arbítrio estatal." trecho do livro "Constituição Federal anotada e explicada/Nelson Nery Costa; prefácio de Evandro Lins e Silva. – 5.ª ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2012."

O princípio da legalidade também é aplicado no direito administrativo, bem como, no direito civil. Disserte, diferenciando-o.

2. Acerca da ação penal privada personalíssima, pontue:

- a) Quais princípios lhe são aplicáveis;
- b) Suas características; e,
- c) Se há algum tipo penal em nosso ordenamento jurídico que admita tal espécie de ação. Se sim, cite-o(s).

3. Diferencie crime de contravenção penal.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Processo Administrativo nº 0101791-80.2015.8.01.0000

RASCUNHO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Processo Administrativo nº 0101791-80.2015.8.01.0000

RASCUNHO